

ANEXO II
MODELO DE CARTA PROPOSTA – (PROPOSTA FINAL)

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

AO (A) PREGOEIRO (A) da Prefeitura Municipal de Ibicuitinga/Ce.
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º _____ -SRP
PROCESSO N.º _____ -SRP

Fornecedor:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

E-mail:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

VALIDADE DA PROPOSTA: (em dias, conforme estabelecido em edital)

PREVISÃO DE ENTREGA:

INSERIR ITENS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND	QTDE	VALOR	
					UNITÁRIO	TOTAL

Valor Global do ITEM é de R\$ _____

Declaração de que nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas incidentes sobre o fornecimento referentes a tributos, encargos sociais e demais ônus atinentes à execução do serviço objeto desta licitação.

Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa Carta Proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).

_____/_____, de _____ de 2022

Nome e assinatura do responsável legal
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO

DOCUMENTO EXIGIDO NA HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA:

- a) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Ibicuitinga, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 70, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- b) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Ibicuitinga, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos;
- c) que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, §2º, da Lei n.º 8.666/93.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma o presente, sob as penas da Lei.

_____/____., de _____ de 2022

Nome e assinatura do responsável legal
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2710.02-2022-SRP-PE VALIDADE: 12(DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE IBICUITINGA/CE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 12.461.646/0001-55, com sede na Rua Edval Maia da Silva, 16, Centro, Ibicuitinga/CE, através da Secretaria de: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, neste ato representada pelos seus respectivos Ordenador(a) de Despesas, Sr.

_____, considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO N. 2710.02-2022-SRP-PE, bem como, a classificação das propostas, e a respectiva homologação datada de _____, RESOLVE(M) registrar os preços da empresa signatária, nas quantidades estimadas e máximas para o prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de Licitação, na modalidade Pregão eletrônico Nº 2710.02-2022-SRP-PE, sujeitando-se as partes às normas constantes do Decreto Municipal nº. 14/2018 de 08 de maio de 2018, da Lei nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, e da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente Ata REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL HIDRÁULICO, VISANDO AMPLIAÇÕES DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DE IBICUITINGA - CE, do processo licitatório Pregão eletrônico nº. 2710.02-2022-SRP-PE, no qual restaram classificados em primeiro lugar por item os licitantes signatários.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata terá validade de 12 (DOZE) MESES, contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Ordenador de Despesa da SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, através do Sr. JOSÉ GLADSTONE DO NASCIMENTO LIMA, no seu aspecto operacional.

4.2. A presente Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gestor, desde que comprovada a vantagem, nos termos do Decreto nº 14/2018 de 08 de maio de 2018.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

5.1. Os preços registrados dos produtos, a especificação, os quantitativos, marcas, empresas fornecedoras e representante legal, encontram-se elencados no ANEXO I da presente ata, em ordem de classificação das propostas por item.

5.2. Nos preços registrados estão incididos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o fornecimento dos produtos, inclusive a margem de lucro.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO, CONDIÇÕES DE ENTREGA E LOCAL

6.1 - Poderão ser firmados contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei Nº 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

6.2 - DAS ORDENS DE COMPRAS: Os produtos licitados/contratados serão entregues mediante expedição de ORDENS DE COMPRAS, por parte da administração ao licitante vencedor, que indicará os quantitativos a serem entregues, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da Contratante.

6.2.1 - A Ordem de Compra/serviço emitida conterá os itens pretendidos e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do contrato no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro municipal.

6.2.2 - O detentor do registro/contratado deverá entregar os produtos solicitados na Ordem de Compra/serviço, oportunidade em que receberá o atesto declarando o fornecimento. Os produtos serão entregues nas seguintes condições:

- a) No Almoxarifado da Secretaria, ou em local e endereço indicado na "Ordem de Compra/serviço";
- b) No prazo de no máximo de 05 (cinco) dias após o recebimento da "Ordem de Compra/serviço";
- c) No horário de 08h às 12h ou das 14h às 17h ou horário específico "Ordem de Compra/serviço";

6.2.3 - O aceite dos produtos pelo órgão receptor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no Anexo deste Edital quanto aos produtos entregues.

6.2.4 - Os produtos devem ser entregues conforme solicitado na Ordem de Compra/serviço, observando rigorosamente as especificações contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e observações constantes de sua proposta, bem ainda as normas técnicas vigentes.

6.2.5 - Por ocasião da entrega, o fornecedor deverá apresentar recibo em 02(duas) vias, além das respectivas fatura e Nota Fiscal.

6.2.6 - Para o fornecimento objeto deste certame, deverá ser emitida Fatura e Nota Fiscal em nome do Município de Ibicuitinga, com endereço na Rua Edval Maia da Silva, 16, Centro Ibicuitinga- CE, inscrito no CNPJ sob o nº. 12.461.646/0001-55.

6.2.7 - No caso de constatação da inadequação do produto fornecido às normas e exigências especificadas neste edital, na Ata de Registro de Preços, na Ordem de Compra/serviço e na proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

6.3 - Os produtos licitados/contratados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o contratado a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

- a) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- b) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- c) aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões quantitativas até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93;
- d) a entrega dos produtos devem se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços no município.

7. DO PREÇO, DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

7.1 **PREÇOS:** Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos, e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o fornecimento, inclusive a margem de lucro.

7.2 - **PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado mensalmente, conforme entrega dos produtos, segundo as ordens de compras expedidas pela administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do Contratado, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

Endereço: Rua Edval Maia da Silva, 16, Ibicuitinga - CE | CEP: 62.955-000

www.ibicuitinga.ce.gov.br | e-mail: gabinete@ibicuitinga.ce.gov.br

CNPJ: 12.461.646/0001-55 | CGF: 06.920.297-4

7.2.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste sub item, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal.

7.3 - REAJUSTE: Os valores constantes das propostas não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze meses, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas

7.4 . REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos produtos, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

7.4.1. Os preços registrados que sofrerem reajuste/reequilíbrio não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

7.4.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

7.4.3. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o MUNICÍPIO convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitado as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado, para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

7.4.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Município de Ibicuitinga.

7.5. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

7.7. Para cada Ordem de Compra/serviço, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

7.8. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta "ON-LINE" às certidões apresentadas, para verificação de todas as condições de regularidade fiscal.

7.9. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

8.2. Entregar os produtos solicitados em até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Ordem de Compra/serviço, No Almoxarifado da Prefeitura Municipal ou em local e endereço indicado na "Ordem de Compra/serviço", observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do Contrato, e ainda:

a) reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões quantitativas até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93;

d) a entrega dos produtos devem se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços no município.

8.3. No caso de constatação da inadequação do produto fornecido às normas e exigências especificadas no edital, na Ata de Registro de Preços/Contrato, na Ordem de Compra/serviço e na

proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento;

8.4. manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.5. assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da execução do fornecimento;

8.6. indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões/providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

8.7. respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.8. substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis da recusa, no todo ou em parte o objeto recusado pela administração, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no Termo de referência, no Edital ou na Proposta do Contratado;

8.9. manter seus empregados, quando nas dependências do MUNICÍPIO, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e fotografia 3x4;

8.10. manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA;

8.11. toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de, trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o MUNICÍPIO de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

8.12. o fornecedor detentor do registro autoriza o MUNICÍPIO a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

8.13. a ausência ou omissão da fiscalização do MUNICÍPIO não eximirá o fornecedor das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1. O MUNICÍPIO obriga-se a:

9.2. Efetuar o pagamento na forma prevista neste instrumento;

9.3. Indicar na Ordem de Compra/serviço, o local e horário em que deverão ser entregues os produtos;

9.4. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega dos produtos desde que observadas as normas de segurança.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DA ATA

10.1. A presente ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993 e as disposições do Decreto Municipal nº. 14/2018 de 08 de maio de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

11.1.1. Pelo MUNICÍPIO:

a) quando o fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) quando o Fornecedor não assinar o contrato no prazo estabelecido;

d) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

e) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93;

f) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Compra/serviço decorrente deste Registro;

11.1.2. Pelo FORNECEDOR:

a) mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;

b) quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei Federal 8.666/93.

11.2. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação em diário oficial ou em jornal de grande circulação, pelo menos uma vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.5. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se à esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

11.5.1. Não poderá haver cancelamento do registro enquanto pendente a entrega de Ordem de Compra/serviço já emitida.

11.6. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

11.7 Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES

12.1 - O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a ata de registro de preços ou contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do fornecimento, não manter a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Ibicuitinga/CE será descredenciado no Cadastro do Município de Ibicuitinga /CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

12.1.1 - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

- a) recusar em celebrar Ata de Registro de Preços ou contrato quando regularmente convocado;
- b) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) não manter a proposta ou lance;
- d) fraudar na execução do objeto;
- e) comportar-se de modo inidôneo;

12.1.2 - multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução do fornecimento solicitado, contados do recebimento da Ordem de Compra/serviço, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução do fornecimento; 12.1.3 - multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do fornecimento;

12.2 - Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento da execução do fornecimento, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº. 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

12.2.1 - advertência;

12.2.2 - multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor objeto da licitação;

12.3- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

12.3.1 - Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

12.3.2 - Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

12.4 - O contratado terá seu contrato cancelado quando:

12.4.1 - Descumprir as condições contratuais;

12.4.2 - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

12.4.3 - Não aceitar reduzir o seu preço contratado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

12.4.4 - Tiver presentes razões de interesse público.

12.5 - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo assegurada a ampla defesa e o contraditório.

12.5.1 - No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa, advertência;

b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Ibicuitinga e descredenciamento no Cadastro da Prefeitura Municipal de Ibicuitinga pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

12.6. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

CLÁUSULA TREZE - DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93, será objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 - As despesas decorrentes das contratações que poderão advir desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal, inerentes à(s) Secretarias, em suas rubricas orçamentárias que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

CLÁUSULA QUINZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

15.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

15.1.2. Integram esta Ata os seus anexos, o Edital de Pregão eletrônico que lhe deu origem e seus anexos, e as propostas da empresas classificadas por item.

15.1.3. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

15.2. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei 8.666/93, alterada e consolidada.

15.3. A inadimplência do fornecedor com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos bens pela Administração.

15.4. O contratado, na execução do fornecimento, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DO FORO

16.1. O foro da Comarca de Ibicuitinga é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam a presente ata de registro de preços, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Endereço: Rua Edval Maia da Silva, 16, Ibicuitinga - CE | CEP: 62.955-000

www.ibicuitinga.ce.gov.br | e-mail: gabinete@ibicuitinga.ce.gov.br

CNPJ: 12.461.646/0001-55 | CGF: 06.920.297-4

Local e data.



JOSÉ GLADSTONE DO NASCIMENTO LIMA
Ordenador de Despesas da SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Testemunhas:

1. NOME: _____ CPF: _____

2. NOME: _____ CPF: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.

UNIDADE GERENCIADORA

1. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
ORDENADOR: JOSÉ GLADSTONE DO NASCIMENTO LIMA

UNIDADES PARTICIPANTES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°.

RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES

1. RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE: EMAIL:

REPRESENTANTE:

CPF:

BANCO:

AGENCIA:

CONTA CORRENTE:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.

REGISTRO DE PREÇO
ESPECIFICAÇÃO DO ITEMS, QUANTITATIVOS E EMPRESAS FORNECEDORAS

DATA:

Este documento é parte integrante da ata de registro de preços Nº. _____, celebrada entre o município de Ibicuitinga e as empresas cujos preços estão a seguir registrados por item, em face à realização do Pregão eletrônico nº 2710.02-2022-SRP-PE.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL HIDRÁULICO, VISANDO AMPLIAÇÕES DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DE IBICUITINGA - CE.

1. RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE: EMAIL:

REPRESENTANTE:

CPF:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE TOTAL	UNID	MARCA	UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

ANEXO V- MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, E DO OUTRO LADO A EMPRESA _____, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO, que faz o **MUNICÍPIO DE IBICUITINGA**, instituição de direito público interno, com endereço na Rua Edval Maia da Silva, 16- Centro, Ibicuitinga - CE, inscrito no CNPJ sob o nº 12.461.646/0001-55 e no CGF sob o nº 06.920.297-4, neste ato representado pelo Ordenador de despesa da Secretaria de _____ e, Sr.(a) _____ abaixo assinado e do outro lado a empresa _____, com sede à _____ N° _____ Bairro _____, Cidade de _____ Estado _____, inscrita no CNPJ sob o N° _____ e no CGF sob o N° _____, neste ato representado por seu Sr. _____, inscrito no C.P.F. sob o N° _____ resolvem firmar o presente contrato em decorrência de processo licitatório mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. Processo de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico tombado sob o nº 2710.02-2022-SRP-PE, em conformidade com a na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Decreto nº 10.024/2019 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

2.1. Constitui objeto do presente o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL HIDRÁULICO, VISANDO AMPLIAÇÕES DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DE IBICUITINGA - CE, e da proposta adjudicada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DO REAJUSTE E DO REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO:

3.1. O valor global da presente avença é de R\$ _____ (_____), a ser pago em conformidade com a entrega no período respectivo, de acordo com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo

Gestor da empresa, acompanhadas das Certidões do INSS e FGTS, todas atualizada, observadas as condições da proposta, conforme discriminação abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND	QTDE	VALOR	
					UNITÁRIO	TOTAL

3.2. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses do seu registro, hipótese na qual poderá ser utilizado o Índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

3.3. REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevistos, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II “d” da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

3.4. Independente de declaração expressa, fica subentendido que, no valor pago pelo contratante, estão incluídas todas as despesas necessárias ao fornecimento dos produtos.

CLAUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL:

4.1. O presente Instrumento terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

CLAUSULA QUINTA - DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1. A entrega dos produtos deverá ser feita de FORMA PARCELADA e de acordo com o cronograma desenvolvido pela Secretaria requisitante determinado nas ordens de compras expedidas e deverá ser entregue no depósito da Secretaria requisitante da Cidade de Ibicuitinga com todas as despesas de frete por conta do contratado.

5.2. Os produtos deverão ser entregues no depósito da Secretaria requisitante da Cidade de Ibicuitinga.

5.3. Os produtos serão recebidos por servidor designado e responsável pelo Setor de Almoarifado.

5.4. A empresa deverá entregar os produtos no horário das 8:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, sob quaisquer pretextos, não serão recebidos bens fora do expediente de trabalho.

5.5. A entrega dos produtos deverá ser feita até no máximo 05 (cinco) dias corridos, a contar da data de recebimento da ordem de compra.

5.6. Os produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações apresentadas na proposta.

5.7. Não ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, a contratada deverá providenciar a substituição no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da comunicação da Secretaria requisitante.

CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO E DA (S) DOTAÇÃO (ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S):

6.1 - O pagamento será efetuado, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto licitado, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o atesto do recebimento, diretamente pela Secretaria de origem, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.

6.1.1 - Para fins de pagamento a empresa contratada deverá manter as mesmas condições da habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao CRC ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

6.2 - Havendo erro na nota fiscal/fatura, ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o pagamento será susgado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o Município.

6.3 - A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pela Contratada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.4 - O valor global do Contrato a ser celebrado com a empresa vencedora, correrá por conta da dotação orçamentária nº, elemento de despesa nº

CLÁUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. A contratada para fornecer o objeto do presente Contrato obrigar-se -a:

7.1.1. Cumprir integralmente as disposições do Contrato;

7.1.2. Responsabilizar-se pela entrega dos produtos objeto deste contrato, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou produtos inclusive terceiros, ocorridos durante seu fornecimento;

7.1.3. Responsabilizar-se e zelar pelo pagamento de suas dívidas em favor de terceiros envolvidos na execução do objeto contratual, em particular no que se refere às contribuições devidas a Previdência Social, obrigações Trabalhistas, Seguros e aos Tributos a Fazenda Pública em geral;

7.1.4. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.5. Atender com presteza e dignidade o(s) serviço(s) objeto deste contrato;

7.1.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na forma estabelecida no Art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada;

7.1.7. Reparar, corrigir, remove ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

7.1.8. Indicar preposto, aceito pela administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providencias que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

CLAUSULAS OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. A contratante obrigar-se-á:

8.1.1. Exigir o fiel cumprimento do edital e contrato, bem como zelo na prestação do fornecimento e o cumprimento dos prazos;

8.1.2. Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade na entrega dos produtos objeto deste contrato;

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar junto a contratada a execução do objeto contratual;

8.1.4. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste instrumento, bem como zelar pelo cumprimento de todas as cláusulas contratuais;

8.1.5. Assegurar o livre acesso do CONTRATADO e seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessária ao fornecimento dos produtos licitados, prestando-lhes todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados.

CLAUSULA NONA – DAS SANÇÕES:

9.1- O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

9.2- O(a) contratado(a) ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I - Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das atividades do(a) CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II - Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

- a) de 1,0% (um por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso no fornecimento dos produtos ou indisponibilidade dos mesmos, limitada a 10% do mesmo valor;
- b) de 2,0% (dois por cento) sobre o valor contratual, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de 5,0% (cinco por cento) do valor contratual, pela recusa em substituir qualquer produto rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a substituição não se efetive nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de IBICUITINGA, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.3- No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 9.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

9.4- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado,

será automaticamente descontado do pagamento a que o(a) contratado(a) fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do(a) contratado(a), o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

9.5- As sanções previstas nos **incisos III e IV do item 9.2** supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

- a) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;
- c) sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

9.6- As sanções previstas nos **incisos I, III e IV do item 9.2** supra, poderão ser aplicadas juntamente com a do **inciso II** do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.7- A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de **5,0%** (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

9.8- As sanções previstas no **item 9.7** supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

CLAUSULA DECIMA – DA RESCISÃO:

10.1. Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela contratante, por conveniência administrativa ou por infringência de qualquer das condições pactuadas:

10.2. O não cumprimento das disposições especificadas neste contrato implicará automaticamente em quebra de contrato, ensejando rescisão administrativa no art. 77 da Lei Federal 8.666/93, reconhecidos desde já os direitos da administração, com relação as normas contratuais e as previstas em Lei ou regulamento dispostas no presente Instrumento;

10.3. O presente contrato é rescindível ainda, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos de:

- 10.3.1. Omissão de pagamento pela contratante;
- 10.3.2. Inadimplência de qualquer de suas cláusulas por qualquer umas das partes;
- 10.3.3. Acerto em comum acordo por iniciativa de uma das partes, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem ônus para ambas as partes;
- 10.3.4. No caso de não cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, a parte que se sentir prejudicada poderá reincidi-lo sem que se faça necessário uma comunicação por escrito com a antecedência definida no subitem anterior.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

11.1. Quaisquer alterações que venham a ocorrer neste instrumento serão efetuadas mediante Termo Aditivo.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO:

12.1. Este contrato deverá ser publicado por afixação em local de costume, até o quinto dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA- DO FORO:

13.4. O foro da Comarca de Ibicuitinga é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Declaram as partes que este contrato correspondente à manifestação final, completa e exclusiva de acordo entre elas celebrado, assinado o presente contrato juntamente com as testemunhas firmadas. Ibicuitinga, Estado do Ceará.

Ibicuitinga-CE, ____ de _____ de 2022

<NOME ORDENADOR DE DESPESAS>
<SECRETARIA MUNICIPAL DE _____>
<CNPJ Nº _____> CONTRATANTE

<NOME DA EMPRESA>
<CNPJ Nº _____>
<NOME DO REPRESENTANTE>
<CPF Nº _____>
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Famílias preparam túmulos para lembrar mortos no Dia de Finados

| FERIADO | Cemitérios públicos e privados preparam programação, com celebrações e música, para receber as famílias no feriado

GABRIEL BORGES

gabriel.borges@opovo.com.br

Nem mesmo o forte calor registrado na manhã desta segunda-feira, 31, afastou os familiares do momento de preparação dos jazigos que, tradicionalmente, antecede o Dia de Finados, celebrado na próxima quarta-feira, 2 de novembro.

No Cemitério São João Batista, no Centro de Fortaleza, Francisco Oliveira, 54, registra a preocupação com o trabalho realizado por ele e a companheira Leda Oliveira, 53, no túmulo dos seus pais. Além deles, várias famílias foram ao cemitério para preparação dos túmulos, que, tradicionalmente, antecede o Dia de Finados, que é celebrado nesta quarta-feira, 2 de novembro.

Com réteguas na pintura e uma limpeza caprichada, o túmulo dos familiares é um reflexo do elo entre o pai e o filho, que, segundo Francisco, nem mesmo a morte foi capaz de romper.

"Aquí está o meu tesouro maior, guardado. É como se eu tivesse cuidando deles, é sagrado. Sempre venho aqui. As vezes saio de casa no domingo e aviso que vou visitar a mamãe", conta.

Francisco conta que perdeu a mãe há 17 anos, e há nove passou a lidar, também, com a morte do pai. Ele confessa que gosta de frequentar o local para rezar e "conversar" com os pais. "Setepr cento pra eles tudo que está acontecendo por aqui".

No Cemitério São João Batista não se esperadas mais de 50 mil pessoas nesta quarta-feira, 2.

THIÁS MESSQUITA



FAMILIARES preparam túmulos para o Dia de Finados

As famílias preparam túmulos para o Dia de Finados. A programação contará com cinco missas (6h, 8h, 10h, 12h e 16h). A visitação será realizada das 6 às 17 horas.

De acordo com o administrador do cemitério, Thiago Frota, a movimentação no local ainda é pequena. Entretanto, a expectativa é de que ela passe a ser maior a partir desta segunda-feira, 31. Diferente dos dois últimos anos, não haverá controle do fluxo de visitantes, que era motivado pelos elevados casos de covid-19.

"As visitas ficaram limitadas nesses últimos anos. Havia um controle na entrada e na saída, onde 200 pessoas eram permitidas por vez. Neste ano está tudo liberado", explica Frota.

Em outro ponto da Cidade, no Cemitério São Vicente de Paula, no bairro Mucuripe, a

movimentação ainda era tranquila nesta segunda, 31. Maria de Fátima, 65, era uma das poucas pessoas no local.

"Tenho uma amiga, minha mãe e minha filha aqui. Pra mim, é uma tradição, já são quase 30 anos vindo. Antes, eu gostava de fazer o serviço por conta própria, hoje, eu chamo um rapaz para limpar o local e aguar as plantas", conta.

Maria conta que o Dia de Finados representa a paz. "É essa tranquilidade (do cemitério). Sinto uma paz, a gente é que está neste mundo do jeito que você está vindo", completa.

Na quarta, 2, o cemitério do Mucuripe terá os portões abertos a partir das 5 horas e funcionará até às 18h30min. No local, serão realizadas apenas visitas, sem missas, cultos ou atos ecumênicos.



ÔNIBUS

A Retur realizará uma operação especial voltada ao Dia de Finados. Ao todo, 31 veículos idios como "reservas" estarão disponíveis nos terminais de integração da Capital, das 6 às 19 horas.

Orações. Programação inclui missas no Bom Jardim

O maior cemitério público de Fortaleza, o Parque Bom Jardim, terá quatro missas da Igreja Católica Apostólica Brasileira, às 8h, 10h, 12h e 16h, e cinco da Igreja Católica Apostólica Romana, às 7h, 9h, 12h, 14h e 16h.

O Cemitério São José, na Parangaba, funcionará das 7h30 às 16 horas. No local, não haverá celebração religiosa de forma oficial. Por outro lado, a Secretaria Executiva da Regional 4 disponibilizará uma equipe de funcionários para orientar e dar suporte aos visitantes.

Já em Messejana, o cemitério receberá os visitantes das 6 às 18 horas. Quem for até o local poderá participar de duas missas, uma às 7 horas e outra às 18 horas. Já no cemitério Santo Antônio, no bairro Antônio Bezerra, o horário de funcionamento será entre 7 e 17 horas.

Todos os equipamentos públicos passarão por algum processo prévio de preparação, como limpeza, capinação e pintura dos meios-fios em áreas de movimentação interna. O Cemitério Parque da Paz vai aproveitar o Dia de Finados para celebrar seus 50 anos de fundação. A programação ecumênica começa às 9 horas.



MÚSICA

A missionária Ana Clara e o cantor Iliato Poeta (arão participam em celebração no Parque da Paz.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO - RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - CONCORRÊNCIA N.º 2022.02.21.3. Objeto: Contratação dos serviços de engenharia para manutenção e melhoria do sistema hidráulico, rural e urbano de abastecimento na municipalidade de Crato/CE. A comissão permanente de licitação da P.M.C. nomeia públicos para fins de habilitação e contratação dos interessados. O resultado do julgamento da fase de habilitação Empresa habilitada: CONSTRUTORA PIONEIRA DO ALFAR JÚNIOR LTDA, CNPJ: 07.175.171/0001-22. Empresa desabilitada: CONSTRUTORA JUSTO JUNIOR LTDA, CNPJ: 07.764.873/0001-03. Em face do resultado referente à habilitação das empresas licitantes, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia 01/11/2022, às 14h30min, para a apresentação de recursos, conforme o artigo 10º, inciso III, do Decreto nº 10.024/2011. Para mais informações, consulte o Edital nº 001/2022, disponível em: www.opovo.com.br. **Crato-CE, em 28 de Outubro de 2022. Valéria de Carmo Moura - Presidente da CPL/PMC.**

ESTADO DO CEARÁ - MUNICÍPIO DE NOVA RUSSELL - ANEXO DE LICITAÇÃO - O Município de Nova Russel nos dá a partir do dia 12/08 de 2022 até 01 de novembro de 2022, para o registro e cadastramento das Propostas de Preço referentes ao PREÇO ELETRÔNICO Nº 001/2022/2022, cujo objeto versa sobre o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA SIMPLIS DE VEÍCULOS, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS GREGOS E ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA RUSSELL, DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 17 de novembro de 2022, às 09:00 horas (horário de Brasília/DF). O edital poderá ser acessado nos dias e em, das 08:00 às 14:00 horas (horário local), na R. Pólo, S/N, 218B, Centro, Nova Russel/CE, através do site: www.opovo.com.br. Local de realização do prego: www.opovo.com.br. **Nova Russel, 11 de outubro de 2022. Valéria de Carmo Moura - Presidente da CPL/PMC.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO - CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DO ENVELOPE - CONCORRÊNCIA N.º 2022.02.08.A. Objeto: Contratar os serviços de engenharia para reforma de projeto básico de projeto básico para elaboração do PGOB - Plano diretor de desenvolvimento urbano do P.M.C. - Para a área de áreas públicas do P.M.C. - Para a área de áreas públicas, abastecimento e serviços complementares, no município de Crato/CE. A comissão permanente de licitação da P.M.C. nomeia públicos para fins de abertura e contratação dos interessados. O resultado do julgamento da fase de habilitação Empresa habilitada: CONSTRUTORA PIONEIRA DO ALFAR JÚNIOR LTDA, CNPJ: 07.175.171/0001-22. Empresa desabilitada: CONSTRUTORA JUSTO JUNIOR LTDA, CNPJ: 07.764.873/0001-03. Em face do resultado referente à habilitação das empresas licitantes, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia 01/11/2022, às 14h30min, para a apresentação de recursos, conforme o artigo 10º, inciso III, do Decreto nº 10.024/2011. Para mais informações, consulte o Edital nº 001/2022, disponível em: www.opovo.com.br. **Crato-CE, em 28 de Outubro de 2022. Valéria de Carmo Moura - Presidente da CPL/PMC.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO - RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO - TOMADA DE PREÇOS N.º 2022.02.14.A. Objeto: Contratação dos serviços de engenharia para elaboração de projeto básico para elaboração do PGOB - Plano diretor de desenvolvimento urbano do P.M.C. - Para a área de áreas públicas do P.M.C. - Para a área de áreas públicas, abastecimento e serviços complementares, no município de Crato/CE. A comissão permanente de licitação da P.M.C. nomeia públicos para fins de abertura e contratação dos interessados. O resultado do julgamento da fase de habilitação Empresa habilitada: CONSTRUTORA PIONEIRA DO ALFAR JÚNIOR LTDA, CNPJ: 07.175.171/0001-22. Empresa desabilitada: CONSTRUTORA JUSTO JUNIOR LTDA, CNPJ: 07.764.873/0001-03. Em face do resultado referente à habilitação das empresas licitantes, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia 01/11/2022, às 14h30min, para a apresentação de recursos, conforme o artigo 10º, inciso III, do Decreto nº 10.024/2011. Para mais informações, consulte o Edital nº 001/2022, disponível em: www.opovo.com.br. **Crato-CE, em 28 de Outubro de 2022. Valéria de Carmo Moura - Presidente da CPL/PMC.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO - CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DO ENVELOPE - TOMADA DE PREÇOS N.º 2022.02.14.A. Objeto: Contratação dos serviços de engenharia para elaboração de projeto básico para elaboração do PGOB - Plano diretor de desenvolvimento urbano do P.M.C. - Para a área de áreas públicas do P.M.C. - Para a área de áreas públicas, abastecimento e serviços complementares, no município de Crato/CE. A comissão permanente de licitação da P.M.C. nomeia públicos para fins de abertura e contratação dos interessados. O resultado do julgamento da fase de habilitação Empresa habilitada: CONSTRUTORA PIONEIRA DO ALFAR JÚNIOR LTDA, CNPJ: 07.175.171/0001-22. Empresa desabilitada: CONSTRUTORA JUSTO JUNIOR LTDA, CNPJ: 07.764.873/0001-03. Em face do resultado referente à habilitação das empresas licitantes, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia 01/11/2022, às 14h30min, para a apresentação de recursos, conforme o artigo 10º, inciso III, do Decreto nº 10.024/2011. Para mais informações, consulte o Edital nº 001/2022, disponível em: www.opovo.com.br. **Crato-CE, em 31 de outubro de 2022. Valéria de Carmo Moura - Presidente da CPL/PMC.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO - CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DO ENVELOPE - CONCORRÊNCIA N.º 2022.02.08.A. Objeto: Contratar os serviços de engenharia para reforma de projeto básico de projeto básico para elaboração do PGOB - Plano diretor de desenvolvimento urbano do P.M.C. - Para a área de áreas públicas do P.M.C. - Para a área de áreas públicas, abastecimento e serviços complementares, no município de Crato/CE. A comissão permanente de licitação da P.M.C. nomeia públicos para fins de abertura e contratação dos interessados. O resultado do julgamento da fase de habilitação Empresa habilitada: CONSTRUTORA PIONEIRA DO ALFAR JÚNIOR LTDA, CNPJ: 07.175.171/0001-22. Empresa desabilitada: CONSTRUTORA JUSTO JUNIOR LTDA, CNPJ: 07.764.873/0001-03. Em face do resultado referente à habilitação das empresas licitantes, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia 01/11/2022, às 14h30min, para a apresentação de recursos, conforme o artigo 10º, inciso III, do Decreto nº 10.024/2011. Para mais informações, consulte o Edital nº 001/2022, disponível em: www.opovo.com.br. **Crato-CE, em 31 de outubro de 2022. Valéria de Carmo Moura - Presidente da CPL/PMC.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO - CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DO ENVELOPE - TOMADA DE PREÇOS N.º 2022.02.14.A. Objeto: Contratação dos serviços de engenharia para elaboração de projeto básico para elaboração do PGOB - Plano diretor de desenvolvimento urbano do P.M.C. - Para a área de áreas públicas do P.M.C. - Para a área de áreas públicas, abastecimento e serviços complementares, no município de Crato/CE. A comissão permanente de licitação da P.M.C. nomeia públicos para fins de abertura e contratação dos interessados. O resultado do julgamento da fase de habilitação Empresa habilitada: CONSTRUTORA PIONEIRA DO ALFAR JÚNIOR LTDA, CNPJ: 07.175.171/0001-22. Empresa desabilitada: CONSTRUTORA JUSTO JUNIOR LTDA, CNPJ: 07.764.873/0001-03. Em face do resultado referente à habilitação das empresas licitantes, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia 01/11/2022, às 14h30min, para a apresentação de recursos, conforme o artigo 10º, inciso III, do Decreto nº 10.024/2011. Para mais informações, consulte o Edital nº 001/2022, disponível em: www.opovo.com.br. **Crato-CE, em 31 de Outubro de 2022. Valéria de Carmo Moura - Presidente da CPL/PMC.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE VILA ALBERTINA - ANEXO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N.º 2022.10.21.1. Objeto: Prestação de serviços de engenharia para elaboração de projeto básico para elaboração do PGOB - Plano diretor de desenvolvimento urbano do P.M.C. - Para a área de áreas públicas do P.M.C. - Para a área de áreas públicas, abastecimento e serviços complementares, no município de Vila Albertina/CE. A comissão permanente de licitação da P.M.C. nomeia públicos para fins de abertura e contratação dos interessados. O resultado do julgamento da fase de habilitação Empresa habilitada: CONSTRUTORA PIONEIRA DO ALFAR JÚNIOR LTDA, CNPJ: 07.175.171/0001-22. Empresa desabilitada: CONSTRUTORA JUSTO JUNIOR LTDA, CNPJ: 07.764.873/0001-03. Em face do resultado referente à habilitação das empresas licitantes, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia 01/11/2022, às 14h30min, para a apresentação de recursos, conforme o artigo 10º, inciso III, do Decreto nº 10.024/2011. Para mais informações, consulte o Edital nº 001/2022, disponível em: www.opovo.com.br. **Vila Albertina, 27 de outubro de 2022. Valéria de Carmo Moura - Presidente da CPL/PMC.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABUENA - ANEXO DE LICITAÇÃO - Edital de Pregão Eletrônico Nº 2718.07.2022-009-PE. O Pregão Eletrônico Nº 2718.07.2022-009-PE, cujo objeto é a contratação de serviços de engenharia para elaboração de projeto básico para elaboração do PGOB - Plano diretor de desenvolvimento urbano do P.M.C. - Para a área de áreas públicas do P.M.C. - Para a área de áreas públicas, abastecimento e serviços complementares, no município de Bacabueana/CE. A comissão permanente de licitação da P.M.C. nomeia públicos para fins de abertura e contratação dos interessados. O resultado do julgamento da fase de habilitação Empresa habilitada: CONSTRUTORA PIONEIRA DO ALFAR JÚNIOR LTDA, CNPJ: 07.175.171/0001-22. Empresa desabilitada: CONSTRUTORA JUSTO JUNIOR LTDA, CNPJ: 07.764.873/0001-03. Em face do resultado referente à habilitação das empresas licitantes, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia 01/11/2022, às 14h30min, para a apresentação de recursos, conforme o artigo 10º, inciso III, do Decreto nº 10.024/2011. Para mais informações, consulte o Edital nº 001/2022, disponível em: www.opovo.com.br. **Bacabueana, 27 de outubro de 2022. Valéria de Carmo Moura - Presidente da CPL/PMC.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO SANTO - ANEXO DE LICITAÇÃO - Edital de Pregão Eletrônico Nº 2718.07.2022-009-PE. O Pregão Eletrônico Nº 2718.07.2022-009-PE, cujo objeto é a contratação de serviços de engenharia para elaboração de projeto básico para elaboração do PGOB - Plano diretor de desenvolvimento urbano do P.M.C. - Para a área de áreas públicas do P.M.C. - Para a área de áreas públicas, abastecimento e serviços complementares, no município de Alto Santo/CE. A comissão permanente de licitação da P.M.C. nomeia públicos para fins de abertura e contratação dos interessados. O resultado do julgamento da fase de habilitação Empresa habilitada: CONSTRUTORA PIONEIRA DO ALFAR JÚNIOR LTDA, CNPJ: 07.175.171/0001-22. Empresa desabilitada: CONSTRUTORA JUSTO JUNIOR LTDA, CNPJ: 07.764.873/0001-03. Em face do resultado referente à habilitação das empresas licitantes, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia 01/11/2022, às 14h30min, para a apresentação de recursos, conforme o artigo 10º, inciso III, do Decreto nº 10.024/2011. Para mais informações, consulte o Edital nº 001/2022, disponível em: www.opovo.com.br. **Alto Santo, 27 de outubro de 2022. Valéria de Carmo Moura - Presidente da CPL/PMC.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO SANTO - ANEXO DE LICITAÇÃO - Modalidade: Edital de Pregão Eletrônico Nº 2718.07.2022-009-PE. O Pregão Eletrônico Nº 2718.07.2022-009-PE, cujo objeto é a contratação de serviços de engenharia para elaboração de projeto básico para elaboração do PGOB - Plano diretor de desenvolvimento urbano do P.M.C. - Para a área de áreas públicas do P.M.C. - Para a área de áreas públicas, abastecimento e serviços complementares, no município de Alto Santo/CE. A comissão permanente de licitação da P.M.C. nomeia públicos para fins de abertura e contratação dos interessados. O resultado do julgamento da fase de habilitação Empresa habilitada: CONSTRUTORA PIONEIRA DO ALFAR JÚNIOR LTDA, CNPJ: 07.175.171/0001-22. Empresa desabilitada: CONSTRUTORA JUSTO JUNIOR LTDA, CNPJ: 07.764.873/0001-03. Em face do resultado referente à habilitação das empresas licitantes, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia 01/11/2022, às 14h30min, para a apresentação de recursos, conforme o artigo 10º, inciso III, do Decreto nº 10.024/2011. Para mais informações, consulte o Edital nº 001/2022, disponível em: www.opovo.com.br. **Alto Santo, 27 de outubro de 2022. Valéria de Carmo Moura - Presidente da CPL/PMC.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA - Resultado de Habilitação - Tomada de Preços N.º 2022.02.08.A. Objeto: Contratar os serviços de engenharia para reforma de projeto básico de projeto básico para elaboração do PGOB - Plano diretor de desenvolvimento urbano do P.M.C. - Para a área de áreas públicas do P.M.C. - Para a área de áreas públicas, abastecimento e serviços complementares, no município de Araucária/CE. A comissão permanente de licitação da P.M.C. nomeia públicos para fins de abertura e contratação dos interessados. O resultado do julgamento da fase de habilitação Empresa habilitada: CONSTRUTORA PIONEIRA DO ALFAR JÚNIOR LTDA, CNPJ: 07.175.171/0001-22. Empresa desabilitada: CONSTRUTORA JUSTO JUNIOR LTDA, CNPJ: 07.764.873/0001-03. Em face do resultado referente à habilitação das empresas licitantes, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia 01/11/2022, às 14h30min, para a apresentação de recursos, conforme o artigo 10º, inciso III, do Decreto nº 10.024/2011. Para mais informações, consulte o Edital nº 001/2022, disponível em: www.opovo.com.br. **Araucária, 27 de outubro de 2022. Valéria de Carmo Moura - Presidente da CPL/PMC.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAES - ANEXO DE LICITAÇÃO - Pregão Eletrônico Nº 013/2022. Objeto: Contratar os serviços de engenharia para elaboração de projeto básico para elaboração do PGOB - Plano diretor de desenvolvimento urbano do P.M.C. - Para a área de áreas públicas do P.M.C. - Para a área de áreas públicas, abastecimento e serviços complementares, no município de Miraes/CE. A comissão permanente de licitação da P.M.C. nomeia públicos para fins de abertura e contratação dos interessados. O resultado do julgamento da fase de habilitação Empresa habilitada: CONSTRUTORA PIONEIRA DO ALFAR JÚNIOR LTDA, CNPJ: 07.175.171/0001-22. Empresa desabilitada: CONSTRUTORA JUSTO JUNIOR LTDA, CNPJ: 07.764.873/0001-03. Em face do resultado referente à habilitação das empresas licitantes, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia 01/11/2022, às 14h30min, para a apresentação de recursos, conforme o artigo 10º, inciso III, do Decreto nº 10.024/2011. Para mais informações, consulte o Edital nº 001/2022, disponível em: www.opovo.com.br. **Miraes, 27 de outubro de 2022. Valéria de Carmo Moura - Presidente da CPL/PMC.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUÍ - Edital - Tomada de Preços Nº 001/2022. Objeto: Contratar os serviços de engenharia para elaboração de projeto básico para elaboração do PGOB - Plano diretor de desenvolvimento urbano do P.M.C. - Para a área de áreas públicas do P.M.C. - Para a área de áreas públicas, abastecimento e serviços complementares, no município de Pacuí/CE. A comissão permanente de licitação da P.M.C. nomeia públicos para fins de abertura e contratação dos interessados. O resultado do julgamento da fase de habilitação Empresa habilitada: CONSTRUTORA PIONEIRA DO ALFAR JÚNIOR LTDA, CNPJ: 07.175.171/0001-22. Empresa desabilitada: CONSTRUTORA JUSTO JUNIOR LTDA, CNPJ: 07.764.873/0001-03. Em face do resultado referente à habilitação das empresas licitantes, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia 01/11/2022, às 14h30min, para a apresentação de recursos, conforme o artigo 10º, inciso III, do Decreto nº 10.024/2011. Para mais informações, consulte o Edital nº 001/2022, disponível em: www.opovo.com.br. **Pacuí, 27 de outubro de 2022. Valéria de Carmo Moura - Presidente da CPL/PMC.**

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Fortim. A Comissão de Licitação da Prefeitura do Município de Fortim - CE torna público, para conhecimento dos interessados que no próximo dia 19 de Dezembro de 2022 às 09h:30min, na Sede da Prefeitura (setor de licitação), estará realizando licitação, na modalidade Concorrência Pública, tombado sob o nº 2810.01/2022-PMF/CP, com o seguinte objeto: contratação dos serviços técnicos profissionais de consultoria e assessoria em contabilidade pública e orientação na elaboração de justificativas técnicas/contábeis para atender ao TCE e demais Órgãos Públicos; bem como para a elaboração de projetos em matéria orçamentária, de responsabilidade de diversas Secretarias do Município de Fortim - Ceará. O Edital estará à disposição na Sala da CPL, nos dias úteis no horário de 08h00min às 14h00min e nos sites: <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>, <https://www.fortim.ce.gov.br/>. **Aurelita Martins da Silva Lima – Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Quixeré – Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente e Infraestrutura. A Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Padre Zacarias, 332, Centro, Quixeré-Ce, comunica aos interessados o resultado da fase de habilitação da Tomada de Preços Nº 1110.01/2022, cujo objeto é a pavimentação em paralelepípedo na Rua Alexandre da Silva Xavier no Distrito de Tomé, Município de Quixeré, junto a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente e Infraestrutura, a saber empresas Habilitadas: 01. Eletrocampo Serviços e Construções LTDA; 02. Rafael Andrade de Sousa Veiculos e 03. MF Construcoes LTDA. A Ata da sessão do julgamento ora anunciado encontra-se, na íntegra, à disposição dos interessados, na sala da Comissão de Licitação, no endereço acima indicado. Fica aberto o prazo recursal previsto no art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Quixeré - Ce, 01 de novembro de 2022. José Eucimar de Lima - Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Aracoiaba - Tomada de Preços Nº 010/2022, Reforma das Quadras Poliesportiva do Conjunto COHAB no Município de Aracoiaba-CE. **Habilitadas:** 1. Águia Construções e Incorporações Ltda-EPP - 2. VK Construções e Empreendimentos Ltda - 3. Construtora Moraes Eireli - 4. Consbral Construções & Empreendimentos - 5. Construtora Impacto - 6. Eletrocampo Serviços e Construções Ltda - 7. JP Serviços e Locações Eireli - 8. WU Construções e Serviços Eireli - 9. MS Obras e Serviços - 10. Abrav Construções Serviços Eventos e Locações Eireli - 11. LS Serviços de Construção Eireli - 12. Monte São - 13. Conjast Construtora - 14. N3 Empreendimentos e Participação - 15. Lider Construção e Serviços - 16. Medeiros Construções - 17. G. A Rabelo Junior ME. **Inabilitadas:** 1. Fonteles Castro Construções. Fica aberto o prazo recursal com base no art. 109 incisos I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.666/93, caso não seja impetrado recurso a retomada da Tomada de Preços, fica marcada para o dia 08 de novembro de 2022, às 09:00 horas. Aracoiaba-CE, 31 de outubro de 2022. Francisco Eudes Monte Silva - Presidente da CPL.

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Milagres - Aviso de Licitação. O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Milagres/CE, torna público que estará realizando através da plataforma eletrônica www.licitacoesmilagres.com.br o certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 2022.10.28.1, cujo objeto é a contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de Transporte Escolar, no atendimento dos alunos do Ensino Fundamental I, II e Ensino Médio do Município de Milagres/CE. **Datas e Horários:** 1. Início de recebimento das propostas: a partir de 01/11/2022 às 16h00min; 2. Fim do recebimento de propostas: 16/11/2022 às 08h00min; 3. Início da sessão de disputa de preços: 16/11/2022 às 09h00min. Acesso ao edital nos endereços eletrônicos: www.licitacoesmilagres.com.br e municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br. Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone (88) 3553-1255 e através do e-mail milagresceara@outlook.com. Milagres/CE, 28 de outubro de 2022. Luan dos Santos Ferreira - Pregoeiro Oficial.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Redenção – Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico Nº 013/2022 - PE. A Comissão de Licitação, localizada na Rua Santos Dumont, 913A - Centro, torna público aos interessados o edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2022 - PE, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICO DESTINADO A REDE DE EDUCAÇÃO INFANTIL (INFANTIL II, III, IV, V) COM FORMAÇÃO DOS PROFESSORES, GESTORES E TÉCNICOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO/CE NO ANO DE 2023 de acordo com as especificações contidas em seus anexos, em retificação ao aviso anterior, com atualização das datas da sessão, que se realizará no dia 17 de NOVEMBRO de 2022, às 10:00hs. Referido Edital poderá ser adquirido no portal do TCECE a partir desta publicação, no horário de 08:00h às 16:00h ou por meio do aplicativo "BBMNET Licitações", constante da página eletrônica do BBMNET – Licitações Públicas, no endereço www.bbmnetlicitacoes.com.br. Redenção/CE, 27 de outubro de 2022. Márcjorie Braga Moreira – Pregoeira.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Ibicuitinga - Aviso de Licitação - Edital de Pregão Eletrônico Nº 2710.02-2022-SRP-PE. O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Ibicuitinga, torna público que no dia 14 de novembro de 2022 às 14:00 horas, pelo endereço eletrônico <https://compras.m2atecnologia.com.br/> estará realizando o início dos trabalhos da licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 2710.02-2022-SRP-PE: **Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL HIDRÁULICO, VISANDO AMPLIAÇÕES DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DE IBICUITINGA - CE. Maiores informações via <https://compras.m2atecnologia.com.br/> ou na sede da Prefeitura Municipal de Ibicuitinga a partir da publicação deste aviso, no horário das 08:00 às 14:00 horas. Ibicuitinga, 31 de outubro de 2022. **Murilo Gomes do Nascimento - Pregoeiro Oficial.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Ibicuitinga - Aviso de Licitação - Edital de Pregão Eletrônico Nº 2710.01-2022-SRP-PE. O Pregoeiro Oficial em Exercício da Prefeitura Municipal de Ibicuitinga, torna público que no dia 14 de novembro de 2022 às 09:00 horas, pelo endereço eletrônico <https://compras.m2atecnologia.com.br/> estará realizando o início dos trabalhos da licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 2710.01-2022-SRP-PE: **Objeto:** REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KIT ESCOLAR (MATERIAL DE EXPEDIENTE, DIDÁTICO E MOCHILAS), PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DE RESPONSABILIDADE DESTA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO. Maiores informações via <https://compras.m2atecnologia.com.br/> ou presencial na sede da Prefeitura Municipal de Ibicuitinga a partir da publicação deste aviso, no horário das 08:00 às 14:00 horas. Ibicuitinga, 27 de outubro de 2022. **Murilo Gomes do Nascimento - Pregoeiro Oficial em Exercício.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ. PREFEITURA MUNICIPAL DE BANABUIÚ. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, EXTRATO DO 6º (SEXTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 2019.12.17.01, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 07.004/2019-TP. CONTRATANTE: Município de Banabuiú, através da Secretaria de Infraestrutura. **CONTRATADA:** T. C. S. da Silva Construções, CNPJ Nº 10.787.147/0001-27. **OBJETO DO CONTRATO:** Execução do Projeto de Modernização do Mercado Municipal de Banabuiú-CE - PT Nº 1045770-14, de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura. **OBJETO DO TERMO ADITIVO:** O Presente Instrumento tem por Objetivo prorrogar o Prazo de Vigência do Contrato Originário pelo período de 120 (cento e vinte) dias, de forma a abranger o termo compreendido entre 29 de julho de 2022 a 26 de novembro de 2022. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 57, §1º, Inc. II, da Lei Federal Nº 8.666/93, Alterada e Consolidada. **SIGNATÁRIO DA CONTRATANTE:** Francisco Carlos Farias. **SIGNATÁRIO DA CONTRATADA:** Tacyo Christiano Santiago da Silva. **DATA DE ASSINATURA:** 29 de julho de 2022, nstante no preâmbulo do edital. Banabuiú/CE, 09 de maio de 2022. Paulo Roberto da Silva Lopes – Presidente da Comissão de Licitação.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Aquiraz – Diligência – Propostas de Preços – Concorrência Pública Nº 11.008/2022 CP. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Aquiraz torna público para conhecimento dos interessados que promoverá diligência em relação às propostas de preços das licitantes a seguir: Clezinaldo S de Almeida Construções ME (Lote 02); Constram Construções e Aluguel de Máquinas LTDA (Lote 03); Construtora Nova Hidrolândia EIRELI (Lotes 02, 03, 05 e 06); CSL Engenharia e Construções LTDA (Lote 02); GK Engenharia LTDA (Lote 03); J P Serviços E Locações EIRELI (Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08); Nascente Construções LTDA EPP (Lotes 01, 02, 03, 05, 06, 07 e 08) conforme inteiro teor constante do parecer técnico e ata de julgamento das propostas de preços referente à Concorrência Pública Nº 11.008/2022 CP cujo objeto é a contratação de empresa especializada em engenharia para execução de serviços de pavimentação em pedra tosca, sem rejuntamento, em diversas localidades, de interesse da Secretaria de Infraestrutura do Município de Aquiraz-CE. As licitantes acima citadas devem prestar os esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de desclassificação. Maiores informações poderão ser obtidas na sede da Comissão, localizada a Rua da Integração, S/N, Centro, Aquiraz, Ceará ou pelo telefone (85) 4062.8090 (ramal 9184) no horário de 8h às 12h. **À Comissão.**

*** **

